



ENTRE/PATRIMÔNIO

www.correio24horas.com.br

41 milhões de papéis buscam um destino

Arquivo Público Com risco de sede ir a leilão, gestores e pesquisadores defendem patrimônio – prédio e acervo

Na verdade, a gente quer o todo". Assim, nestas ou em outras palavras, pesquisadores e gestores patrimoniais resumem o sentimento que tomou os baianos na noite de segunda-feira (8), por volta das 20h. Àquela altura, faltavam menos de 15 horas para se encerrarem os lances de compra da Quinta do Tanque, imóvel do século XVI que desde 1980 é a casa dos mais de 41 milhões de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). Quando suspendeu o leilão judicial, o juiz George Alves de Assis provocou um suspiro de alívio em quem vinha, desde o final de semana, tentando entender como um patrimônio como aquele havia sido penhorado para pagar uma dívida trabalhista. Mas, a alegria foi momentânea.

Na decisão do magistrado tinha um 'todavia', e aquela palavra em um texto de pouco mais de uma página fazia toda a diferença: o leilão da Quinta do Tanque, com lance mínimo de R\$ 6,4 milhões, tinha sido suspenso, mas não cancelado. O juiz dava um prazo de 60 dias para que a Fundação Pedro Calmon (FPC), que administra o Apeb, providenciasse um plano de salvaguarda e de remoção do acervo do imóvel, para que ele pudesse ser leiloado. Do riso, em menos de um parágrafo, foi-se ao pranto.

"No fundo, o juiz entendeu que nós estávamos reivindicando uma parte, mas não é isso. Nós estamos reivindicando o todo. Este todo inclui as instalações. Foi como se nos dissesse: 'Já que vocês estão reivindicando a documentação, damos um tempo para vocês se organizarem e ver para onde levam os mais de 40 milhões de documentos', mas nós queremos o prédio", afirmou o pesquisador Wilson Caetano, doutor em Antropologia e professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Boa parte da pesquisa desenvolvida por ele, na área de antropologia das populações afro-brasileiras, foi baseada em documentos custodiados no Apeb – e as consultas foram feitas todas ali naquele mesmo lugar, a Quinta do Tanque, imóvel que começou a ser construído em 1551 para servir de residência de repouso para padres jesuítas. Embora o Arquivo Público da Bahia tenha 'circulado' pela cidade desde a fundação, em 1890, faz 41 anos que ganhou um endereço fixo: a antiga casa dos religiosos.

Quer dizer, era para ser definitivo, mas a sede foi penhorada para pagar uma dívida da extinta Bahiatursa. "Os arquivistas, toda a comunidade de pesquisadores, a própria diretora, foi todo mundo pego de surpresa", lembra Leide Mota, presidente da Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA). Naquele momento, toda uma comunidade de pesquisadores que dependem do Arquivo para desenvolver seus trabalhos corria contra o relógio: dali a três dias, a Quinta do Tanque, sede do Arquivo Público, iria a leilão. "Não é possível que ninguém vai conseguir suspender esse leilão!", escreviam nas redes sociais.

A suspensão veio, mas provocou mais angústia. Parecia que o juiz havia dado um choque de realidade: o acervo do Apeb teria que sair do prédio e os gestores tinham dois meses para dizer o que fariam com 41 milhões de documentos. "Impossível", sentenciaram.

PREJUÍZO

O diretor geral da FPC, Zulu Araújo diz que, embora tenha ficado contente com a decisão judicial de suspender o leilão, vai usar todas as medidas e argumentos técnicos para mostrar que o acervo e o imóvel devem permanecer sob administração da FPC. É o que a Procuradoria Geral do Estado também defende. "O Apeb deve continuar onde está, tanto

OPINIÃO: JOÃO JOSÉ REIS

"Temos duas questões envolvidas neste caso. A primeira diz respeito ao próprio prédio, um patrimônio histórico e portanto, para nós, um "documento histórico" que não deve ser privatizado. Além de histórico, é patrimônio público, pra ser desfrutado pelo povo a quem ele de fato pertence. Acho inconcebível, aliás, que a situação tenha chegado até onde chegou. Com ou sem Apeb, parece-me um absurdo que estejamos discutindo isso a esta altura do século XXI, o que mostra quão atrasados nós estamos em matéria de preservação de monumentos históricos. É um absurdo e uma vergonha, uma vergonha sobretudo para os baianos. Seria o caso de se apurar responsabilidades sobre como chegamos a isto nos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, todos corresponsáveis pelo descalabro. Apuração a ser feita desde a origem do imbróglio, há muitas décadas. Atentem: é muita história, história profunda, ameaçada de ser privatizada. Não pode, não deve, é imoral, aprendam com os países europeus, com os EUA, como são tratados os monumentos históricos. Caberia inclusive uma CPI sobre o tema na Assembleia Legislativa do Estado, tamanho o escândalo. A outra questão diz respeito aos documentos em papel. Em primeiro lugar, trata-se, como já foi muitas vezes dito, do segundo mais importante e volumoso acervo documental do Brasil, apenas ultrapassado, em tamanho, pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Temos dezenas de milhões de documentos sobre história administrativa, política, jurídica, social, cultural, religiosa, econômica etc., abarcando os mais diversos temas, desde o século XVI ao final do XX. Eu destacaria o tema da escravidão, uma instituição sobre a qual encontramos informações em praticamente qualquer documento que se leia escrito antes da abolição. Não nos esqueçamos nunca de que a maior parte de nossa história pertence ao período da escravidão, 388 anos, contra apenas 133 após a abolição. Está, então, no Apeb, uma porção substantiva da história dos negros, particularmente. Quanto ao plano de remoção dessas toneladas de papéis históricos para um outro local, que sequer existe, é deveras exiguo. E depois do plano, o que virá? Remoção significa que, não obstante todo cuidado, muita coisa vai se perder, muita mesmo. Isso sempre acontece com a transferência, de um lugar para outro, de papéis fragilizados pelo tempo, muitos dos quais já em frangalhos, mas ainda restauráveis. Antes de planejar a transferência, é preciso planejar e executar a restauração dos documentos, para que no futuro possam viajar com maior segurança. Planejar tais ações no prazo de 60 dias é uma piada de mal gosto, executar a transferência antes de assegurar a recuperação física dos documentos, mais que uma temeridade, seria uma irresponsabilidade. Em resumo, o Apeb deve continuar na sua casa atual, por enquanto a melhor solução. Não é o melhor local para o depósito de documentos, pois é um espaço limitado para um acervo sempre em expansão, sujeito às intempéries climáticas, à umidade e outros fatores daninhos aos velhos papéis. Mas é o que temos no momento. Um bom plano, aliás, seria manter o prédio das Quintas como um local de triagem de novos documentos e recuperação dos estragados, que uma vez recuperados seriam transferidos para um prédio mais adequado onde porventura venha a funcionar o futuro Apeb. Finalmente, com ou sem o Apeb ali abrigado, o imóvel não deve, sob nenhuma circunstância, sucumbir à sanha privatista que prevalece atualmente no país, pois a Bahia não é uma terra sem civilização. Ou é?".



1 Acervo
Arquivo Público da Bahia reúne aproximadamente 41 milhões de documentos, desde o período colonial.

2 Imóvel
Quinta do Tanque, prédio que abriga o Arquivo Público desde 1980, começou a ser construído em 1551, há 470 anos, para ser residência de padres jesuítas; também já foi um leprosário, antes de virar a sede do Apeb.

3 Trabalho
Acervo é raro, bastante antigo e, por isso mesmo, frágil. Segundo pesquisadores, há documentos em estado razoável de conservação, mas muitos outros precisando de restauração urgente; pouca coisa foi digitalizada.

imóvel quanto o acervo. Nós não vemos possibilidade e nem condições de fazer remoção desse acervo sem haver um dano irreparável", afirma.

Não é nenhum tipo de apego a um endereço antigo que faz com que se defenda a permanência do acervo do Apeb na Quinta do Tanque. Na verdade, apesar da atmosfera agradável, o prédio não tem as melhores condições para abrigar um acervo como aquele. O lugar é úmido e, por anos, ficou fechado por conta do risco de incêndio.

O problema é que o acervo do Apeb, segundo maior do Brasil, é único, raro e bastante antigo, frágil e sujeito a prejuízos incalculáveis, caso uma remoção não seja feita com muito cuidado e preparo.

"Remoção significa que, não obstante todo cuidado, muita coisa vai se perder, muita mesmo. Isso sempre acontece com a transferência, de um lugar para outro, de papéis fragilizados pelo tempo, muitos dos quais já em frangalhos, mas ainda restauráveis. Antes de planejar a transferência, é preciso planejar e executar a restauração dos documentos", afirma do historiador João José Reis, professor da Ufba e um dos maiores nomes do mundo nos estudos sobre escravidão.

SEM CONDIÇÕES

Um dos pesquisadores mais assíduos no Apeb, o historiador Urano Andrade teme por

O Apeb deve continuar onde está, tanto o imóvel quanto o acervo. Não vemos possibilidade e nem condições de remoção do acervo sem um dano irreparável Zulu Araújo

Diretor geral da Fundação Pedro Calmon, que administra o Arquivo



Clarissa Pacheco
 texto
 clarissa.pacheco@redebahia.com.br



Marina Silva
 foto
 marina.silva@redebahia.com.br



uma perda considerável da história. Ele critica o fato de que a maioria dos documentos não foi sequer digitalizada.

"Temo pelo fim trágico de nossa história. O Apeb tinha tudo para estar com 100% de seu acervo digitalizado. Agora, corremos o risco de perdermos o acervo físico e nem digitalizado o temos", desabafa.

"Eu espero que haja outra limitação entendendo que a documentação não tem condição de ser transladada nem para o outro lado da rua. Será um dano irreparável ao patrimônio do mundo", declara Wilson Caetano.

Arquivista formada pela Ufba, Leide Mota afirma que não é possível fazer uma operação como essa sem prejuízos. O ideal seria construir um prédio só para este fim.

NINGUÉM PENSOU NISSO?

Faz anos que gestores e pesquisadores alertam que o Apeb precisaria de outro espaço. Nos últimos anos foram feitos investimentos para melhorar a estrutura, o que, aliás, deixa frequentadores encucados.

"O governo do Estado tinha informação de que esse leilão poderia acontecer desde 2005. Não fizeram nada para procurar outro espaço e ainda bancaram duas reformas muito caras. Investiram esse dinheiro para quê, se o espaço já estava penhorado?", questiona a pesquisadora Lisa Castillo, doutora em Letras e autora de estudos que utilizam a documentação do Apeb. As reformas foram feitas nos anos 2013 e 2019, nos governos de Jaques Wagner e Rui Costa.

Urano Andrade faz o mesmo questionamento. Para ele, as reformas eram necessárias, mas ele critica a ausência de um plano B. Questionado, Zulu Araújo afirma que foi pego de surpresa "tanto quanto qualquer outro cidadão de Salvador". Para ele, inclusive por conta das reformas que custaram mais de R\$ 3 milhões é que não se pode conceber a saída de lá.

"Eu concordo que aquele não é o equipamento mais adequado, mas você não encontraria outro local com investimento de menos de R\$ 20 milhões", diz Zulu.

Segundo ele, seria necessário encontrar um espaço com, no mínimo, 14 mil m² de área, segundo uma estimativa feita em 2015 – algo em torno de dois campos de futebol do tamanho da Fonte Nova.

Anda de acordo com o diretor da FPC, o Apeb acaba de ser selecionado em um edital do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para adoção melhorias no espaço e no acervo.

"São R\$ 13,855 milhões, tudo graças ao esforço da diretora do arquivo, Maria Teresa Matos, e da equipe dela. Ou seja, a gente fez um esforço gigantesco, obtivemos êxito, o BNDES está disposto a assinar e nós fomos surpreendidos com a notícia do leilão. Não está no nosso horizonte sair de lá", finaliza.

APEB GUARDA HISTÓRIA DA BAHIA E DO BRASIL

Em volume, o Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) perde apenas para o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Por aqui, são custodiados mais de 41 milhões de documentos que ajudam a contar não só a história da Bahia, mas do Brasil e, por que não, do Atlântico.

"Este Arquivo Público é tão nacional quanto o que está no Rio de Janeiro, porque o que está no Apeb é a história do Brasil. Até o final do século XVIII, Salvador era capital do Império. Ali não existe um acervo local ou regional, ali está guardado o acervo da história do Brasil. Não é possível que tudo isso deixe de ser levado em consideração", defende o diretor geral da Fundação Pedro Calmon, Zulu Araújo, referindo-se à batalha judicial em que o prédio foi alienado para pagamento de uma dívida da extinta Bahiatursa.

O historiador João José Reis destaca o tema da escravidão entre os milhões de documentos ali guardados: "Eu destacaria o tema da escravidão, uma instituição sobre a qual encontramos informações em praticamente qualquer documento que se leia escrito antes da abolição. Não nos esqueçamos nunca de que a maior parte de nossa história pertence ao período da escravidão, 388 anos, contra apenas 133 após a abolição. Está então no Apeb uma porção substantiva da história dos negros, particularmente".

Entre os documentos do Apeb estão manuscritos e impressos originais dos períodos colonial, do Império e da República. Lá estão, por exemplo, há 223 anos, os papéis originais da Conjuração Baiana de 1798, da Revolta dos Malês – incluindo manuscritos em árabe –, da Greve Negra de 1857 e até mais recentes, como o Quebra Bondes de 1930.

Por tanta importância documental é que o imbróglio envolvendo a venda da Quinta do Tanque apavora pesquisadores. "Em primeiro lugar, é uma preocupação sobre pesquisas já em curso, porque o Arquivo Público, nos últimos dez anos, passou bastante tempo fechado. Essas coisas já atrapalharam bastante o trabalho de vários pesquisadores, inclusive eu", afirma a pesquisadora Lisa Castillo.

"Se nós pesquisadores agilizarmos com o fechamento do Apeb durante quase dois anos, imagine se precisarmos aguardar mais um tempo?", endossa o antropólogo Wilson Caetano.

A Associação Nacional de História (Anpuh-BA) e a Associação dos Arquivistas convocaram, para 30 de novembro, às 14h, um ato em defesa do Apeb em frente ao prédio, na Ladeira da Quinta dos Lázarus.

O QUE TEM LÁ

Conjuração Baiana São aproximadamente 70 documentos, com 1.787 páginas, onde constam os boletins sediciosos da Conjuração Baiana. São paéis de 1798 e 1799, guardados há 223 anos.

Combatividade O Apeb também guarda documentos como os da Revolta dos Malês – incluindo manuscritos em árabe –, de 1835, da Greve Negra de 1857 e mais recentes, como o Quebra Bondes de 1930.

Memória do Mundo Estão lá os Registros de Entrada de Passageiros no Porto de Salvador de 1855 a 1964, reconhecido pelo programa Memória do Mundo, da Unesco.

Cartas Régias Entre documentos referentes à administração colonial, está uma coleção de Cartas Régias, além de provisões.

Comissão da Verdade Outro conjunto do Apeb é o acervo de documentos textuais e audiovisuais produzidos, recebidos e acumulados pela Comissão Estadual da Verdade da Bahia.